

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Curtas	2
Título: Mudança proposta por ANP pode elevar gases de efeito estufa	2
Título: Brasil atinge recordes de exportação de petróleo.....	4
Título: Investidor ainda está temeroso com Cemig	6
Título: Curtas	8
Título: Opep deve manter cortes de produção.....	8
Título: Economia chinesa derruba preço do minério.....	9

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Produção de petróleo

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê que a produção de petróleo do país alcance aproximadamente 5 milhões de barris diários em 2026. A projeção está incluída no Plano Decenal de Energia (PDE) 2026, entregue ao ministério de Minas e Energia e que deverá ser colocado em consulta pública em junho. Segundo José Mauro Coelho, diretor da EPE para a área de petróleo e gás natural, a expectativa da estatal é que o consumo aparente de petróleo em 2026 seja da ordem de 3 milhões a 3,5 milhões de barris diários. Com isso, avalia o diretor, o Brasil tem forte tendência de ser exportador líquido de petróleo na próxima década. Para 2017, Coelho prevê que a produção de petróleo de 2,8 milhões de barris diários no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito**Título:** Mudança proposta por ANP pode elevar gases de efeito estufa

As mudanças de especificação do gás natural fornecido ao mercado, em estudo pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), podem aumentar em até 7% o volume de emissões de gases de efeito estufa. A conclusão é de levantamento feito pela consultoria Environmental Resources Management (ERM) sobre o assunto.

De acordo com a empresa, na prática, as alterações propostas pela autarquia permitirão a comercialização de um gás com maior participação de etano. Além disso, a nova especificação do gás gera perda de eficiência dos equipamentos, que, por isso, terão que consumir um volume maior do produto e, portanto, aumentarão as emissões.

O estudo da ERM gerou preocupação em segmentos da indústria com relação à proposta da ANP. Na prática, entidades setoriais querem que a autarquia realize uma análise do impacto regulatório das mudanças cogitadas. Na avaliação delas, as alterações podem gerar riscos aos equipamentos, necessidade de investimentos em novo maquinário e danos ao meio ambiente.

O estudo indica ainda que turbinas termelétricas a gás são sensíveis à nova composição do energético proposta pela ANP. A utilização de gás com outra especificação também pode fazer com que as usinas percam garantias dos fabricantes dos equipamentos.

Em carta enviada à ANP, a qual o Valor teve acesso, o Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural (Fórum do Gás), que reúne entidades de setores industriais, distribuidoras de gás e comercializadoras de energia, solicitou a elaboração de análise de impacto regulatório, "que demonstre os custos e benefícios decorrentes desta medida para que os agentes do setor possam ter maior segurança, clareza e previsibilidade quanto aos possíveis impactos e resultados da regulamentação proposta".

"Tomamos conhecimento de estudos de alguns consultores que apontam que a alteração dessa especificação, independentemente do nível de qualidade que o gás vai ficar, pode exigir dos consumidores de energia adequações aos seus equipamentos. Essas adequações podem gerar custos bastante expressivos" afirma Camila Schotti, gerente de energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace).

"É essencial que a ANP faça uma análise de impacto regulatório", completa a especialista, que avalia ser necessária a realização de audiência pública para discutir o assunto com todo o mercado.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, a proposta de alterações na especificação do gás natural teria partido da Petrobras. Ainda de acordo com a fonte, o gás natural produzido na camada pré-sal é rico em etano. E a estatal não teria interesse em fazer pesados investimentos nas unidades de processamento de gás natural (UPGNs) para adequar o energético à especificação atual da ANP.

A Petrobras, contudo, nega essa versão. "A mudança na especificação não resultará em redução de investimentos nas unidades, já que o projeto da nova planta de processamento de Itaboraí contempla os processos necessários para que a especificação atual do gás seja atendida", informou a companhia, em nota, ao Valor. A estatal planeja iniciar no segundo semestre as obras da UPGN do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, com investimentos previstos de US\$ 2,2 bilhões e conclusão estimada para 2020.

A petroleira acrescentou que a proposta apresentada pela ANP, em encontro com o mercado, em abril, é benéfica. Segundo a estatal, a especificação é "amplamente utilizada internacionalmente em mercados mais desenvolvidos e é mais eficiente do que a abordagem atual". A companhia acrescentou ter feito

uma "série de estudos" no Cenpes para identificar possíveis impactos com a alteração da especificação.

Procurada, a ANP não se manifestou sobre o assunto. Em material de divulgação sobre o encontro com o mercado, em abril, a agência disse apenas ter discutido oportunidades de aprimoramento da especificação do gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Brasil atinge recordes de exportação de petróleo

As exportações brasileiras de petróleo superaram, no início deste ano, a barreira de 1 milhão de barris diários num mês, pela primeira vez desde dezembro de 2010, quando haviam alcançado 1,27 milhão de barris/dia. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), as vendas para o exterior atingiram, entre janeiro e março, a maior média trimestral da história: 1,23 milhão de barris/dia, o que representa uma alta de 56% ante igual período do ano passado.

Em fevereiro, foram exportados 1,55 milhão de barris diários de petróleo cru, a maior média mensal da série histórica da ANP, que começa em 2000.

Segundo o ex-diretor da ANP e pesquisador da UFRJ, Helder Queiroz, dois fatos podem explicar o salto das exportações brasileiras. O primeiro deles é a recessão, que faz com que a Petrobras esteja processando menos óleo nas refinarias brasileiras, como reflexo da queda da demanda interna. De acordo com a ANP, o mercado de combustíveis do país caiu 4,5% em 2016. O segundo é que parte da demanda interna tem sido coberta pelas importações de derivados, o que aumenta a disponibilidade de óleo nacional para exportações.

Este mês, o diretor de Refino e Gás da companhia, Jorge Celestino, já havia afirmado que o crescimento das exportações é um movimento estrutural. "A Petrobras tem se tornado cada vez mais exportadora líquida de petróleo", afirmou o diretor.

A estatal responde por 46% das exportações brasileiras de petróleo. A maior parte dos embarques é feita principalmente pelas multinacionais - Shell, Statoil, Petrogal e Chevron são algumas das empresas que detém registro na ANP com autorização para exportar.

No primeiro trimestre deste ano, a Petrobras exportou 609 mil barris diários de óleo, quase o dobro do apurado em igual período de 2016, de 307 mil barris

diários. Na mesma comparação, a exportação líquida da estatal cresceu de 108 mil barris diários para 516 mil barris diários, uma alta de 378%.

Ontem, o gerente-executivo de Comercialização e Marketing da Petrobras, Guilherme França, afirmou que a petroleira brasileira espera aumentar em 30% a média de exportações este ano, para 503 mil barris diários. Para 2021, a meta da companhia é atingir 742 mil barris diários de embarques para o exterior.

Segundo o gerente-executivo, a China é o principal destino das exportações da Petrobras, respondendo por mais da metade dos embarques da companhia, cerca de 56%. "A China tem aumentado suas importações e vai intensificar a importação do petróleo da Bacia do Atlântico", afirmou França, na Argus Crude Conference, evento do setor petrolífero, no Rio.

Ele comentou, ainda, que o aumento das vendas para a China é uma tendência que independe das condições do contrato de financiamento assinado pela estatal com o China Development Bank, no valor de US\$ 5 bilhões. Na ocasião, a brasileira fechou também um acordo comercial com três companhias chinesas - ChinaOil, China Zhenhua Oil e Chemchina Petrochemical - com previsão de fornecimento preferencial de um volume de 100 mil barris/dia, "atendidas as condições de mercado".

Presente ao evento da Argus, o vice-presidente de Comercialização e Suprimento de Óleo Bruto da anglo-holandesa Shell, Mike Muller, também avalia que o Brasil está em uma trajetória "expressiva" de crescimento nas exportações de petróleo e vem se tornando uma peça-chave para o mercado global, fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

"O Brasil está numa trajetória de crescimento, o pré-sal está bem competitivo, porque a Bacia de Santos foi abençoada pela natureza. A geologia não é tudo, mas é um ponto de partida quando considerado o custo de produção", afirmou o executivo.

Segundo o diretor de óleo e gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), José Mauro Coelho, a produção brasileira deve atingir os 5 milhões de barris/dia em 2026, o que abre espaço para que o país exporte entre 1,5 milhão e 2 milhões de barris diários.

Queiroz, da UFRJ, atenta para a participação maior do Brasil no mercado mundial de petróleo e que esse movimento, de certa forma, poderá influenciar decisões futuras da Opep sobre o nível de produção de óleo de seus membros. Hoje, o cartel se reunirá, em Viena, na Áustria, para decidir se mantém os cortes de produção. (ver Opep deve manter cortes de produção)

Apenas para efeito de comparação, considerando a média da exportação bruta de petróleo do Brasil no primeiro trimestre de 2017 e o total das vendas externas dos principais exportadores em 2015 (último dado disponível), o Brasil ocuparia o 12º lugar no ranking, atrás da Noruega.

Em artigo publicado no blog "Infopetro", Queiroz afirma que "o Brasil continua a ser um importador de petróleo bruto, dadas as características do seu parque de refino e a consequente necessidade de processar um mix de óleos leves e pesados. Porém, como a carga processada tem diminuído, as exportações líquidas (exportação menos importação) tem registrado igualmente valores muito expressivos e uma posição exportadora que se consolida, pouco a pouco, no mercado internacional".

O ex-diretor da ANP lembrou que a posição brasileira frente aos integrantes da Opep é "peculiar", já que o cartel responde por 90% das importações de óleo do Brasil. "Por outro lado, o aumento da produção e exportações brasileiras torna o Brasil um novo competidor dos países da Opep no cenário internacional do petróleo", ressaltou Queiroz, no seu artigo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Investidor ainda está temeroso com Cemig

Enquanto as ações do setor elétrico fecharam o pregão de ontem com forte alta hoje, com destaque para a Eletrobras, que liderou o pregão, a Cemig teve uma recuperação mais modesta, refletindo os receios que os investidores passaram a ter quanto à solvência da estatal mineira.

Em relatório enviado a clientes ontem, o J.P. Morgan destacou que as ações da Cemig, mesmo no patamar atual - R\$ 7,58 - ainda não estão "baratas", considerando todos os riscos de liquidez relacionados à companhia.

"A Cemig tem um grande volume de dívida para rolar nos próximos anos (R\$ 4,3 bilhões em 2017, R\$ 3,9 bilhões em 2018 e R\$ 1,8 bilhão em 2019) e, depois de falhar na emissão de US\$ 1 bilhão em bônus nos Estados Unidos e na Europa, os investidores estão questionando a habilidade da companhia de resolver sua situação de elevada alavancagem", escreveram os analistas Fernando Abdalla, Henrique Peretti e Carolina Yamaguchi.

A estatal mineira tem ainda outro desafio neste ano, além da rolagem da dívida de curto prazo: o vencimento da opção de venda das ações da Light por parte do

FIP Redentor (formado pelos bancos Santander, Banco do Brasil, Votorantim e BTG Pactual).

No ano passado, a estatal mineira chegou a fazer um aumento de capital de R\$ 447,7 milhões na Parati, veículo de investimento que tem participação societária na Light. Com isso, sua fatia total na distribuidora carioca subiu de 32,47% para 41,92% das ações.

A estatal, porém, ainda precisa de uma solução definitiva contra a opção de venda que os bancos têm contra ela na Parati, e que vence em novembro.

Em março, tudo indicava que a Cemig tinha finalmente encontrado uma solução para manter o controle da Light sem estatizá-la: um aumento de capital por meio de oferta pública de ações. A operação poderia contar também com uma parcela secundária, na qual os sócios poderiam vender parte dos papéis detidos.

Com isso, a Cemig poderia não apenas diluir sua participação na Light como também capitalizar na venda de suas próprias ações. Para assegurar o controle minoritário, foi proposta uma alteração estatutária, com a imposição de um dispositivo conhecido como pílula de veneno, ou "poison pill", determinando que qualquer acionista que alcance 25% do total da Light teria que fazer oferta para comprar a participação dos demais.

A oferta foi suspensa enquanto a Cemig reavaliava a estratégia futura quanto à participação na empresa carioca, mas as condições do mercado não são mais favoráveis para esse tipo de operação, especialmente envolvendo uma empresa como a Cemig, com considerável risco de liquidez.

Outra opção ventilada pela empresa para levantar recursos seria a venda do excedente do controle da Taesa - o que já foi feito no ano passado. Ainda que a transmissora seja uma empresa saudável financeiramente, o mercado de capitais não está em seu melhor momento para uma operação como essa, devido às incertezas econômicas e políticas.

A Cemig realiza na próxima semana seu encontro anual com investidores. As expectativas no mercado são de que, finalmente, a companhia terá um plano sustentável e crível de recuperação.

Ontem, as ações preferenciais (PN) da Cemig tiveram ganho de 2,43%, a R\$ 7,58, e as ações ordinárias (ON) subiram 2,11%, a R\$ 7,74. No mês, porém, a PN ainda acumula a maior queda do setor, de 17,47%. Também ontem, as preferenciais classe B (PNB) da Eletrobras subiram 7,83%, a R\$ 17,63, e as ON avançaram 6,66%, a R\$ 13,93.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

CPFL Renováveis

O conselho de administração da CPFL Renováveis aprovou ontem o cancelamento da sexta emissão de debêntures da companhia, aprovada em reunião do conselho em 15 de maio e ainda não subscrita. O motivo do cancelamento não consta de ata arquivada na Comissão de valores Mobiliários (CVM). A colocação teria valor total de R\$ 250 milhões, em duas séries, com prazos de cinco e sete anos. Os recursos seriam destinados a implementação e desenvolvimento de projetos de investimento, e pagamento de gastos, despesas e dívidas relacionados ao tema.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Renato Rostás**Título:** Opep deve manter cortes de produção

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decide oficialmente hoje se estende os cortes de produção que venceriam em junho e ajuda a liberar uma das travas que tem pesado sobre o preço da commodity nos últimos dias.

No mercado financeiro, a continuidade do teto por mais nove meses já é dada como certa. "Afim de contas, a meta da Opep de reduzir os estoques mundiais para seu nível médio dos últimos cinco anos ainda está longe de ser alcançada", lembrou o banco alemão Commerzbank, em relatório. "E a grande culpada disso é a produção dos Estados Unidos."

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), o cartel produziu 38,6 milhões de barris por dia de petróleo em abril, 4% a menos do que em dezembro, cumprindo com o objetivo de reduzir em 1,16 milhão de barris diários sua oferta - principalmente por causa da atuação da Arábia Saudita. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos elevarão o nível em 4%, para 12,9 milhões de barris.

Nas contas da consultoria Capital Economics, estender até o primeiro trimestre do ano que vem os limites produtivos significará um déficit médio de 1 milhão de barris diários no mercado internacional durante um ano. Isso minaria os estoques em 360 milhões de barris, 40% a mais do que o necessário para se atingir a meta da Opep.

"Uma demanda mais forte no segundo semestre deste ano vai garantir que a trava [nos preços] causada pelo volume armazenado seja eliminada até que 2017 termine", escreve o Commerzbank. "O problema é que isso diminuirá a participação de mercado dos países da Opep e entregará para os produtores do xisto americano", completa.

A perspectiva de que os cortes de produção valessem até março de 2018 tem ajudado a elevar a cotação do petróleo. Ontem, o Brent com vencimento em julho caiu 0,4% na ICE Futures de Londres, para US\$ 53,96, mas ainda acumula ganho de 4% em maio. O WTI para entrega em julho recuou 0,3% na Nymex, de Nova York, para US\$ 51,36, ainda subindo 3,6% durante o mês.

De acordo com a imprensa internacional, os líderes da Opep e de outras nações importantes que também aderiram ao teto no ano passado, como a Rússia, deveriam jantar ontem para acertar os últimos pontos da extensão. No total, todas as nações deveriam reduzir em 1,8 milhão de barris diários sua oferta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Economia chinesa derruba preço do minério

A preocupação do mercado sobre a situação financeira da China e como as medidas do governo local para enxugar crédito e controlar as despesas públicas tinham potencial para minar a demanda por commodities se materializou. A agência de classificação de risco Moody's cortou a nota de crédito soberana do país e o impacto foi sentido nos preços do minério de ferro e dos metais não ferrosos.

Para a consultoria Capital Economics, a situação é apenas um aprofundamento da perda de confiança em matérias-primas, que já se desenhava há alguns meses. Em relatório, a consultoria afirmou ontem que os investidores fecharam suas posições de aposta na compra, realizaram o lucro da disparada do minério e dos metais e não voltaram mais. Depois das máximas recentes, atingidas entre fevereiro e março, o volume de posições vendidas aumentou e segue pressionando os preços para baixo.

Ontem, o minério de ferro com pureza média de 62% entregue no porto chinês de Qingdao fechou cotado em US\$ 60,52 por tonelada, queda de 2,4% no dia. Em maio, a commodity já recua 12% e no ano, cai 23,3%. Por outro lado, no mercado futuro da Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato mais negociado, com vencimento em setembro, desabou - recuo de 6,9%, para 455,50 yuans (US\$ 66,10).

Já os metais não ferrosos trilharam caminhos diversos durante o pregão. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do cobre tiveram leve queda de 0,06%, para US\$ 5.682 a tonelada, enquanto o alumínio ficou praticamente estável, em US\$ 1.950, e o níquel recuou 2,6%, para US\$ 9.100.

O banco suíço Julius Baer lembrou em relatório que já alertava para o repique observado nos preços até meados do primeiro trimestre ser fruto da especulação financeira. No texto, o banco escreve que no médio e longo prazos o alto endividamento público chinês, motivo do rebaixamento pela Moody's, pode impedir estímulos que deixem mais leve a transição de uma economia baseada no investimento em infraestrutura para outra sustentada pelo consumo.

"Ainda vemos potencial de queda para o minério de ferro e o aço, permanecendo cautelosos", diz o analista Carsten Menke, do Julius Baer. "Menos exposto à construção civil e à infraestrutura, o cobre parece já ter sofrido o suficiente em formação de preço, tanto no lado da perspectiva de demanda quanto da oferta."

Já o relatório da Capital Economics afirma que o principal motivo para essa virada na confiança do mercado em commodities foi o sinal de esfriamento da demanda, em especial na China. Ao mesmo tempo, reapareceram os temores da escalada da produção, que trouxe à tona novamente a percepção de que o mercado internacional está com excesso de oferta, disse a economista Simona Gambarini.

Nos cálculos da consultoria, os preços dos metais e do minério vão continuar a cair nos próximos meses. Mas cada produto tem sua especificidade - o cobalto, por exemplo, ainda sobe no ano, e o estanho surfa na onda positiva da redução forte de estoques - e seus fundamentos econômicos próprios vão determinar, no fim, qual o desempenho da commodity, diz a consultoria.

MME / ASCOM .